

Desenvolvimento Industrial e concentração espacial: Uma breve discussão sobre a situação recente do Estado do Paraná

Enio José Verri

Neio L. Perez Gualda

Resumo:

O presente artigo discute o desenvolvimento industrial e a concentração espacial recente do Estado do Paraná, procurando mostrar que este processo acentuou as desigualdades intra-regionais, com expressivo favorecimento à Região Metropolitana de Curitiba – RMC. Fundamenta esta hipótese de trabalho na argumentação teórica de autores como Hirschman, Myrdal, Perroux e Carleial. Os dados indicam que o processo de industrialização do Estado levaram a ampla concentração espacial das atividades produtivas na RMC, tornando-a centro dinâmico do desenvolvimento industrial do estado, em detrimento das demais regiões.

1. Introdução

Os estudos sobre o desenvolvimento e, mais especificamente, sobre o desenvolvimento regional, no decorrer dos anos, têm levado a várias reflexões sobre se é necessária ou não uma análise regional. Tais questionamentos partem do princípio de que, se o capital se comporta de maneira a integrar toda a economia nacional, independentemente de o país ser desenvolvido ou não, incorporando os diferentes espaços numa única matriz produtiva, este acabaria por reduzir ou até eliminar as especificidades e diferenças de cada região, chegando próximo da possibilidade de eliminar a manutenção e a recriação destas.

Segundo Carleial (1993), embora a integração nacional tenha sido responsável por uma perda gradativa de autonomia regional, deve-se observar que modificações produtivas num determinado espaço podem ainda ter conseqüências em outros espaços. Para a autora *“há espaços dominantes, do ponto de vista econômico, e espaços subordinados, obedecendo a lógica do desenvolvimento do capital que impõe concentração, por princípio, o que garante diferenças espaciais e exige que se conheça o específico em cada espaço”*. (Carleial, 1993: 43)

Através deste conceito a autora não vê a possibilidade de realizar uma análise sobre o comportamento do capital sem ter claro a questão regional e seus efeitos, sendo que o próprio desenho da região passa a ser feito não por definições puramente geográficas, mas pela própria conformação da divisão social do trabalho, concluindo, portanto, que a espacialização da divisão social do trabalho e o movimento do capital no espaço é que definem a região.

Dentro desta perspectiva teórica pretende-se discutir o desenvolvimento industrial e a concentração espacial no estado do Paraná. Inicialmente, apresentar-se-á a interpretação desta questão por parte de alguns autores, passando logo após, para a discussão deste processo, em especial no período compreendido entre a década de 70 até meados da década de 90.

2 – Crescimento e desigualdade: alguns antecedentes teóricos

A existência de diferenças regionais a partir do investimento e do crescimento de algumas indústrias é analisado por Hirschman (1961), como resultado natural do crescimento econômico, pois os efeitos da implantação de uma indústria não conseguem atingir todo um país, por maior que sejam seus efeitos prospectivos. Por conseguinte, seria normal que regiões relativamente próximas destas indústrias fossem mais desenvolvidas que outras mais distantes, tendo como possível a convivência entre progresso e tradição, estado de coisas, segundo o autor, normalmente encontrado nos países subdesenvolvidos, sendo denominado como uma situação de “dualismo”.

No seu entender pode ocorrer também um processo de desenvolvimento em pontos subsequentes, podendo a implantação de um pólo de desenvolvimento levar ao desenvolvimento de outros, embora tal fato seja bastante relativo, já que “*se todos esses pólos recaem numa zona de desenvolvimento privilegiada, as forças que visam a transmissão do desenvolvimento de um país, de uma região ou de um grupo de pessoas para outro se enfraquecem sensivelmente*”. (Hirschman, 1961: 276)

Dentro da linha de pensamento de que o crescimento econômico leva a desigualdades regionais, destaca-se Myrdal (1972). Para o autor, o jogo das forças de

mercado, que segundo a teoria neoclássica deveria levar a uma situação de equilíbrio ou um mesmo nível de crescimento em toda a economia, acaba por provocar dimensões diferenciadas de desenvolvimento, sendo necessária uma pronta intervenção do Estado para que se consiga o mínimo de equilíbrio econômico. Portanto, sem a intervenção do Estado para redirecionar os caminhos do desenvolvimento, a tendência deste será produzir desigualdades entre as regiões.

Se as forças do mercado não fossem controladas por uma política intervencionista, a produção industrial, o comércio, os bancos, os seguros, a navegação e, de fato, quase todas as atividades econômicas que, na economia em desenvolvimento tendem a proporcionar remuneração bem maior do que a média e, além disso, outras atividades como a ciência, a arte, a literatura, a educação, e a cultura superior se concentrariam em determinadas localidades e regiões, deixando o resto do país de certo modo estagnado. (Myrdal, 1972: 52)

Tanto as idéias de Hirschman (1961) como as de Myrdal (1972) convergem no sentido de que o processo de desenvolvimento econômico leva a desigualdades regionais elevadas e, principalmente, que o desenvolvimento econômico não se dá em todos os pontos do território simultaneamente, ocorrendo, portanto, deterioração do nível de vida na maioria da população, principalmente nas áreas tradicionalmente mais pobres.

Dentro desta constatação salientamos a obra de Perroux (1970) que, partindo da crítica à análise neoclássica, em que *“a economia é em cada período a réplica exata da economia do período anterior, somente as quantidades são multiplicáveis por determinado coeficiente”*, o autor observa que tal modelo não se aplica em uma economia concreta, pois um dos aspectos evidentes das variações na estrutura consiste no aparecimento e desaparecimento de indústrias, e que o processo de desenvolvimento e de investimentos vai transformando essas indústrias, possibilitando inclusive, inovações que poderão dar origem a outras novas indústrias.

Segundo Perroux, para que ocorra o desenvolvimento a curto prazo, e este consiga atingir, a longo prazo, maiores efeitos sociais e econômicos, tem papel determinante a “indústria motriz”, que seria capaz de promover a ampliação, tanto setorial como espacial, dos efeitos do encadeamento, em direção às atividades polarizadas. Este processo pode ser entendido como uma reação em cadeia à

implantação de uma indústria em determinada região. Esta indústria irá demandar bens e serviços dessa região, e acabará contribuindo não só para o desenvolvimento local como acabará atingindo regiões mais distantes, que se tornarão fornecedoras dessa indústria.

A compreensão do autor neste sentido é de que a ação “motriz” desta primeira indústria instalada contribui na realização de lucros de outras empresas individuais, que “*sofrem as conseqüências do volume de produção, do volume de compras de serviços e da técnica praticada pelas outras empresa*” . Portanto, terá esta indústria motriz um papel de desencadear efeitos que induzirão o desenvolvimento de outros setores da própria indústria de que faz parte.

No que diz respeito às conseqüências regionais na implantação de determinada indústria, Perroux vai mostrar os efeitos dessa indústria motriz no nascimento dos pólos de crescimento, resultantes das interdependências tecnológicas que se vão criando ao redor dessa indústria motriz ali instalada. Este pólo de crescimento seria um complexo industrial localizado, formado por atividades interdependentes, que possuem em seu meio, no mínimo, uma indústria motriz.

Os resultados desses pólos podem ser divididos em dois aspectos: o primeiro é seu aspecto de contribuição para o desenvolvimento de uma região, porque ocorre uma dinâmica de investimento que acabará atraindo ainda mais investimentos, não só em nível de infra-estruturas, como de empresas que fornecerão bens e serviços a esta indústria motriz, ou ainda a venda de bens e serviços à população que se alojará ao seu redor. Dependendo dos efeitos dessa indústria, estes benefícios podem atingir até todo um país. Por outro lado, tal pólo leva a uma concentração geográfica, pois as empresas que prestam serviços à indústria principal procuram estar próximas de seu principal cliente, além ainda da existência de maiores investimentos em pesquisa e desenvolvimento e mesmo na captação de mão-de-obra qualificada que migrará para esses pólos.

Um outro aspecto dos pólos é que eles podem acarretar efeitos negativos para empresas concorrentes que estão localizadas em sua periferia, pois as economias de aglomeração podem reduzir os custos e comprometer ainda mais as

concorrentes que estão fora desta região, dificultando ainda mais o desenvolvimento de outros setores industriais ou mesmo de outras regiões

3 - A industrialização e a questão espacial no Paraná

O processo de industrialização do Paraná passa também pela questão espacial, no sentido de que este não ocorre por todo o Estado ao mesmo tempo, originando a concentração do setor em algumas regiões, destacando-se a Região Metropolitana de Curitiba - RMC. Tal fato prende-se, segundo Rolim (1987), ao “espraçamento” da Região Metropolitana de São Paulo, que vai ter como local preferencial de investimento a RMC, que seria o único ponto dentro do Estado com economias de aglomeração necessárias para a localização de segmentos da grande indústria nacional.

Assim, a concentração industrial na RMC, que começa a intensificar-se na década de 70, está vinculada ao processo de desconcentração da expansão industrial dos centros, sediados na região Sudeste, em especial da Região Metropolitana de São Paulo, na direção de espaços geográficos médios e grandes. Este processo teve um raio de extensão que girou em torno de 150 a 400 Km, dirigindo-se, portanto, para centros urbanos como Belo Horizonte, Salvador e Curitiba.

Este “espraçamento”, que atinge os centros urbanos mencionados vai contribuir de forma significativa no processo de desenvolvimento das indústrias em nível regional, no sentido de que estas vêm instalar-se sem necessariamente depender da base agropecuária do Estado, ao mesmo tempo que se implantam estruturas industriais altamente dinâmicas, competitivas e com capacidade de integração nacional e internacional.

No caso do Paraná, a questão da opção pela Região Metropolitana de Curitiba como espaço de investimento deste setor dinâmico da indústria é analisada por vários autores. Constata-se em comum nas análises, que a opção de investimentos deste tipo de capital estaria ligado a dois grupos norteadores da localização industrial. O primeiro seriam as deseconomias de aglomeração (custos crescentes de escala, urbanização e localização) apresentadas por pontos congestionados do eixo São

Paulo-Rio-Belo Horizonte; e, o segundo, a adequada infra-estrutura de energia elétrica e de telecomunicações e a proximidade de redes de escoamento rodoviário, ferroviário e portuário, dando ao Paraná, neste contexto, um papel privilegiado em relação aos principais mercados supridores e consumidores do País e aos centros compradores de países vizinhos.

Como o Estado estava passando pela implantação de uma nova base agropecuária, quando surgia o moderno agrobusiness, destacando-se o soja e o algodão como responsáveis por um novo momento da agricultura moderna, ao mesmo tempo em que o setor industrial começa a apresentar seus primeiros traços de consolidação dentro de um conceito mais dinâmico e integrado na economia nacional, inicia-se um processo de transferência de ocupação de mão-de-obra. Aos poucos esta vai se deslocando de setores mais tradicionais, localizados no interior do Estado para os setores mais dinâmicos da indústria estadual, instaladas na Região Metropolitana de Curitiba.

Percebe-se, portanto, que esta indústria que vem instalar-se na RMC possui características diferentes das verificadas no interior do Estado, onde predominam setores mais tradicionais, como os produtos alimentares, têxtil e de confecção, no Norte do Estado ou mesmo produtos alimentares, madeira e mobiliário, na região Sudoeste. Embora o setor tradicional represente o maior número de empregos, os setores mais dinâmicos da indústria começam rapidamente a ganhar espaço, destacando-se os gêneros de mecânica, material elétrico e comunicações, matérias plásticas, por apresentarem maior capacidade de agregação de valor.

Este fenômeno de concentração das indústrias dinâmicas na RMC pode ser melhor observado na Tabela I, que ao relacionar o pessoal ocupado por setores industriais, mostra a participação da Região Metropolitana de Curitiba em relação ao Estado, demonstrando que esta participação chega a ser, no ano de 1985, superior a 50%.

Observa-se também, na Tabela I, o aumento de participação da indústria como um todo na Região Metropolitana de Curitiba, em termos de pessoal ocupado. De 1970 a 1985 ocorreu uma taxa de crescimento de 25,58%, tendo apresentado em 1970

um percentual de 33,10%, chegando na metade da década de 80 com 41,60% do pessoal ocupado na indústria do Estado. Destaca-se, em especial, a grande participação dos setores mais dinâmicos como a mecânica com 70,50% dos empregos de seu parque; material elétrico e comunicação com 87,90%; material de transporte, com 67,70%; e mesmo material plástico, com 81,30%.

Esta concentração espacial vai acentuar-se na segunda metade dos anos 70, levando a RMC a aumentar cada vez mais sua participação na geração do valor adicionado da indústria. Cabe salientar que este quadro de crescimento da RMC acaba por definir uma situação que já vinha ocorrendo desde fins da década de 70 e na década de 80 tornado mais evidente a divisão do Estado: a) as indústrias mais dinâmicas estariam instaladas na Região Metropolitana de Curitiba; b) e a predominância de capital de origem local, em muitos casos vinculado a atividades industriais tradicionais de pouquíssima densidade tecnológica, instaladas no interior.

TABELA I - PERCENTUAL DA INDÚSTRIA PARANAENSE
LOCALIZADA NA RMC (pessoal ocupado)

ANOS	1970	1975	1980	1985
M. Não Metálic.	55,60	49,70	49,98	62,90
Metalurgia	60,30	62,40	54,80	48,70
Mecânica	58,30	41,70	48,70	70,50
M. Elet. Com.	57,30	74,60	83,50	87,90
M. de Transp.	nd	nd	nd	67,70
Mobiliário	55,30	56,90	50,70	46,90
Borracha	60,60	51,60	51,30	nd
Couros e peles	77,90	78,30	66,20	nd
Química	nd	nd	nd	53,90
P. Farm. Veter.	74,40	93,40	85,90	nd
Perf. Sab. Vela	nd	51,50	64,90	nd
Mat. Plástica	91,80	63,20	68,40	81,30
Edit. Gráf.	63,80	58,90	50,90	60,30
Diversas	67,60	59,30	67,30	nd
TOTAL IND.	33,10	36,08	37,03	41,60

FONTE: Censos Industriais - FIBGE, RAIS - MTB, in Rolim, 1987

Este rápido processo de concentração da indústria na RMC pode ser observado na Tabela II, onde se pode constatar o crescimento da participação relativa do valor adicionado do setor secundário. Sua participação foi superior à do setor terciário, que deteve em épocas anteriores a supremacia econômica no contexto regional.

Com os dados da Tabela II constata-se o rápido crescimento da participação da RMC no que tange à localização da indústria, e em especial dos setores mais dinâmicos desta, mostrando uma clara divisão entre a RMC e o resto do Estado, que no final da década de 80 está excluído deste processo de desenvolvimento, tanto em nível de geração de valor adicionado como de empregos, e mesmo em termos de capacidade competitiva.

TABELA II - EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO V.A. DA R.M.C. POR SETOR DA ECONOMIA SOBRE O TOTAL DO ESTADO
1975 - 1990 (em %)

ANO	PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	TERCIÁRIO	TOTAL(*)
1975	2,47	32,40	23,95	16,66
1976	1,90	35,54	25,12	18,49
1979	1,99	52,43	29,63	29,79
1980	1,82	55,91	28,34	33,01
1985	1,49	48,14	29,31	28,60
1986	1,82	52,09	33,43	32,06
1990	2,60	44,81	36,22	36,24

FONTE: SEFA-PR e COMEC-PLAMEC

(*) Valor adicionado do total da RMC sobre o total do Estado

A década de 80 chega ao fim com um quadro bastante diferente dos “Três Paranás”, citados por autores que indicavam o Paraná tradicional ou antigo, que como o próprio nome indica, não tinha naquela época uma representatividade econômica expressiva, marcando seu espaço pelo seu papel de capital do Estado, no caso de Curitiba, e hoje sedia a maior parte do parque industrial do Estado. A segunda região seria o Norte dinâmico, cuja ocupação se deu a partir das primeiras décadas deste século, como um prolongamento do processo de expansão da cafeicultura paulista. E a terceira região, que é o Sudoeste, cuja ocupação ocorreu principalmente nas décadas

de 40, 50 e 60, em grande parte com base em fluxos migratórios oriundos do Rio Grande do Sul.

O quadro dos “Três Paranás”, no decorrer dos anos 70 e 80 foi bastante alterado, chegando aos anos 90 com o “Paraná Tradicional” sendo a região mais dinâmica do Estado, e as duas outras partes passando por sérios problemas econômicos e sociais. No nível econômico, como pode ser observado na Tabela III, ocorre desde a segunda metade da década de 70 até o fim da década de 80 uma substancial queda do valor adicionado da indústria, tanto da região Norte como Oeste, onde de 1975 a 1990 somando-se as duas principais microrregiões do Norte, Maringá e Londrina, estas caíram de 19,8% para 14,1% em sua participação no valor adicionado da indústria, apresentando uma queda real de 28,8%, e o Extremo-Oeste paranaense caiu de 5,2% para 4,0%, apresentando uma queda real de 23%.

TABELA III - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA, NO PARANÁ - 1975 - 1990 (Em %)

MICRORREGIÃO	1975	1980	1990
Curitiba	32,0	56,4	55,6
Litoral Parana	1,5	2,9	1,3
Alto da Ribeira	0,5	0,3	0,1
Alto R. Negro Par.	0,0	0,0	0,0
Campos da Lapa	1,5	0,8	1,6
Campos de P.Grossa	14,4	8,5	7,5
Campos de Jaguariaíva	0,5	0,2	1,0
São Mateu do Sul	0,2	0,1	0,0
Colonial de Irati	1,0	0,7	0,6
Alto Ivaí	0,1	0,0	0,0
Norte velho W. Braz	0,1	0,1	0,1
Norte velho Jacar.	3,1	2,7	2,3
Algodoeira Assaí	1,0	0,9	0,5
Norte novo Londrina	14,5	9,1	9,1
Norte novo Mgá	5,3	3,2	5,0
Norte N. Paranaíba	2,1	0,5	0,8
Norte Novo Apuc.	2,7	1,4	1,9
Norte N. Umuarama	2,2	1,0	1,2
Campo Mourão	2,0	1,8	1,7
Pitanga	0,3	0,1	0,1
Extremo-Oeste Pr.	5,2	2,9	4,0
Sudoeste Pr.	1,9	1,1	1,9
Campos Guarapuava	3,8	2,7	2,0
Médio Iguaçu	4,1	2,6	1,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0

FONTE: SEFA, IPARDES

O processo de concentração industrial, mesmo que especificamente em seu setor mais dinâmico, contribui para a concentração populacional, na medida em que a distribuição populacional costuma acompanhar a distribuição espacial das atividades econômicas, pois esta determina a localização das melhores oportunidades de trabalho e, portanto, das melhores condições de renda. Como isto determina as possibilidades de alcançar uma melhor qualidade de vida para a população, logo, é normal que as migrações se dirijam para regiões de maior dinamismo econômico, como é o caso da RMC.

Cabe destacar que este processo de concentração não tem como fator único o desenvolvimento da indústria da RMC, mas soma-se com o processo de intensa urbanização por que passou o Estado no decorrer da década de 70, motivado pela mudança da estrutura agrícola. Optando-se pela implementação de uma agricultura mais moderna e intensiva de capital, isto acaba por desocupar respeitável exército de mão-de-obra, que irá procurar nos grandes centros maneiras alternativas de sobrevivência.

Esta concentração avança ainda mais no final da década de 80 e início da década de 90, a ponto de, em 1991, dos nove municípios paranaenses com mais de 100 mil habitantes urbanos, três localizarem-se na Região Metropolitana de Curitiba.

O processo de mudança da estrutura agrícola do Estado, tornando-se mais moderna e voltada para o mercado externo, somado ao rápido desenvolvimento de um setor industrial dinâmico e competitivo, acabam por surtir efeitos até certo ponto contrastantes, no sentido de que ao mesmo tempo que demonstra seu dinamismo econômico em alguns aspectos, estes não resultam em reais melhorias no nível de vida da população como um todo.

Dentro deste quadro observa-se que a participação do Paraná no produto industrial do Brasil vai aumentando, passando de 2,99% em 1970 para 5,18% em 1985, atingindo uma variação de 73,24% em 15 anos, colocando o Estado em uma situação melhor que Santa Catarina e próxima de Rio Grande do Sul. Somente entre

o período 1980 - 1985 o produto interno industrial do Paraná cresceu 17,48%, tendo no mesmo período Santa Catarina apresentado uma taxa de -0,95%, e o Rio Grande do Sul, 4,53%.

O desenvolvimento do setor industrial e sua integração com a economia nacional e internacional fica mais evidente principalmente na década de 80, apresentando o Paraná um crescimento substancial em termos de sua participação nas exportações brasileiras de produtos manufaturados: em 1980 era de 2,62% e alcançou em 1991 uma participação de 3,97%, apresentando um acréscimo de 51,52%, a maior taxa do sul do País. Somente no período compreendido entre 1980 e 1985 o Paraná alcançou um crescimento de 98,65% no total de suas exportações.

Embora o desenvolvimento do setor industrial tenha resultado em substanciais aumentos no nível de participação do Estado na economia nacional e no aumento de sua competitividade, constata-se que os efeitos sociais deste processo não ocorrem com a mesma velocidade e dinâmica dos efeitos econômicos. Apesar de o PIB per capita do Estado ter apresentado uma substancial evolução, passando de US\$ 914,00 em 1970 para US\$ 2.037,00 em 1988, apresentando um crescimento de 122,87%, este ainda é o menor PIB da região Sul, alcançando US\$ 2.344,00 Santa Catarina e US\$ 2.738,00 o Rio Grande do Sul. A esperança de vida ao nascer, que era de 57,5 anos em 1970, chega em 1988, no Paraná, com 67,7 anos, contra 79,6 em Santa Catarina e 79,9 no Rio Grande do Sul, apresentando ainda o Rio Grande do Sul uma taxa de alfabetização de 89,5%, Santa Catarina, de 88,5%, e o Paraná de 84,7%.

Estes dados demonstram que, analisados individualmente, o Estado vai apresentar no decorrer da década de 70 e 80 um avanço na questão social; entretanto, se comparados com outros estados do Sul do País, que apresentam características regionais bastante próximas, este apresenta indicadores sociais inferiores.

Portanto, a concentração industrial, que, somada às alterações na estrutura agrícola do Estado, levou à concentração populacional em poucas cidades, em especial na RMC, resultou em ganhos econômicos para o Paraná como um todo, mas não desconcentrou a renda e não conseguiu dar à economia do Estado uma mudança qualitativa, principalmente comparando-se com os outros dois estados do Sul do país. Esta população, agora acomodada nos grandes centros urbanos, apresenta-se

despreparada para inserir-se neste novo momento da indústria paranaense, principalmente no que tange à formação de sua mão-de-obra.

Ressalta-se a fragilidade de um segmento maior de trabalhadores que, no conjunto da população ocupada, encontra-se precariamente inserido, atuando como “volantes” ou “bóias-frias”, sendo moradores urbanos que alternam, durante o ano, ocupações urbanas e rurais e, que não exigem nenhuma qualificação especial, ou como trabalhadores do mercado urbano, que realizam tarefas pouco exigentes em termos de qualificação e recebem baixos salários, como pode ser observado na Tabela IV.

Pode-se constatar que 29,3% da população empregada trabalham sem carteira assinada e, para se evitar a interpretação de que já no final da década de 80 os trabalhadores optavam por esta modalidade de emprego, sem o vínculo empregatício, ressalta-se que o percentual de pessoas que gostariam de mudar para um emprego com carteira de trabalho assinada na população ocupada sem emprego formal é de 47,2% em 1990.

O final da década de 80 chega com uma população trabalhadora que não dispõe de qualificação adequada para se incluir neste novo momento da indústria paranaense, sendo obrigada a inserir-se no mercado de trabalho de maneira informal e, conseqüentemente, recebendo baixos salários. Sem contar ainda que, para complementar sua renda, estas famílias acabam por colocar no mercado de trabalho menores de idade, que acabam se inserindo prematuramente neste e em condições de total desproteção. No Paraná, a taxa de atividade das crianças de 10 a 13 anos de idade é de 11,0% (Tabela IV), a maior do Sul do país, indicando, portanto, que nos anos 80 o crescimento econômico, liderado por setores modernos, paradoxalmente não alterou as condições sociais básicas da população paranaense

TABELA IV - INDICADORES SELECIONADOS DA POPULAÇÃO DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, RESIDENTE EM ÁREA URBANA, SEGUNDO ESTADOS DA REGIÃO SUL - 1990

INDICADORES	PR.	SC.	RS. TOTAL
-------------	-----	-----	-----------

Taxa de atividade das pessoas de 10 anos ou mais de idade	58,7	57,2	59,0	58,5
Taxa de atividade das crianças de 10 a 13 anos de idade	11,0	5,8	6,1	8,2
Percentual de pessoas sem rendimento de trabalho na pop. ocupada	3,4	3,5	2,4	3,0
Percentual de pessoas com rendimento de trabalho inferior a 1 sal. mínimo da população ocupada	14,8	8,2	11,0	12,1
Percentual de pessoas que trabalhavam 40 h. semanais ou mais com rendimento de trabalho inferior a 1 salário min. na pop. ocupada	9,2	4,8	5,5	6,9
Percentual de pessoas que gostariam de mudar para um emprego com carteira de trabalho assinada na população ocupada sem emprego formal	47,2	40,9	40,4	43,5
Percentual de empregos sem carteira de trabalho assinada na população empregada	29,3	19,9	19,9	23,7
Rendimento médio mensal de trabalho das pessoas ocupadas (Sal. min.)	4,7	6,0	5,2	5,1

FONTE: PNAD-IBGE in, IPARDES, 1994

4 - A concentração industrial nos anos 90

O perfil do processo da concentração industrial no decorrer dos anos 90, ou pelo menos até o ano de 1994, não é diferente do que já vinha ocorrendo no decorrer das décadas anteriores, ou seja, continua a Região Metropolitana de Curitiba - RMC recebendo grande parte dos investimentos industriais oriundos de outros estados ou mesmo de outros países, ao mesmo tempo em que o interior apresenta um

lento crescimento em algumas áreas e absoluta estagnação em outras.

TABELA V - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO DA
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO POR MICRORREGIÃO
HOMOGÊNEA DO PARANÁ 1985-1994 (EM %)

Microrregião	1985	1990	1994
Curitiba	48,5	55,6	58,3
Litoral paranaense	1,7	1,3	2,9
Alto Ribeira	0,2	0,1	0,1
Alto Rio Negro	0,0	0,0	0,1
Campos da Lapa	1,2	1,6	1,3
Campos de Ponta Grossa	9,0	7,5	8,7
Campos de Jaguariaíva	1,0	1,0	1,2
São Mateus do Sul	0,0	0,0	0,3
Colonial de Irati	0,5	0,6	0,6
Alto do Ivaí	0,0	0,0	0,1
Norte Velho de Wenc.Braz	0,2	0,1	0,1
Norte Novo Jacarezinho	2,9	2,3	2,0
Algodoeira de Assaí	0,8	0,5	0,2
Norte Velho de Londrina	11,6	9,1	7,8
Norte Novo de Maringá	4,6	5,0	2,8
Norte Novíssimo Paranavai	1,5	0,8	0,6
Norte Novo Apucarana	2,3	1,9	1,7
Norte Novíssimo Umuar.	2,0	1,2	1,6
Campo Mourão	1,7	1,7	1,7
Pitanga	0,0	0,1	0,1
Extremo-Oeste paranaense	4,3	4,0	4,8
Sudoeste paranaense	2,0	1,9	0,1
Campos Guarapuava	2,1	2,0	1,6
Médio Iguaçu	1,9	1,7	1,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0

FONTE: SEFA, In: Análise Conjuntural. V.18, n.11-12, Nov/Dez 1996

Tal quadro poderá ser melhor compreendido ao observarmos a participação do valor adicionado da indústria de transformação por microrregião homogênea do Paraná. No período compreendido entre 1985 e 1994 ocorre um aumento da participação de Curitiba, ao mesmo tempo em que regiões também importantes do Estado como Ponta Grossa, Maringá, Londrina vão apresentar um grande declínio em sua participação (Tabela V).

A microrregião homogênea de Curitiba aumentou sua participação na distribuição do valor adicionado da indústria de transformação de 48,5% em 1985 para 58,3% em 1994, apresentando um crescimento real de 20,2%.

Crescimento substancial, quando comparado com os principais eixos do interior, representados por Ponta Grossa, que apresentou uma queda de 3,33% no período; Londrina, que apresentou uma queda de 32,76% e Maringá, com uma queda de 39,13%, provando que a indústria de transformação e, como veremos adiante, os seus setores mais dinâmicos, estão concentrados em Curitiba ou, ainda melhor, na Região Metropolitana de Curitiba.

No que tange ao período analisado neste capítulo, 1990 / 1994, pode-se perceber a continuidade do crescimento da participação da Microrregião de Curitiba em relação às outras regiões, embora em velocidade menor, apresentando, como pode ser observado na Tabela VI, uma taxa de 4,85% entre 1990 e 1994 contra uma taxa de 14,64% no período compreendido entre 1985 e 1990. Entretanto, duas regiões bastante próximas a esta microrregião, Litoral paranaense e Campos de Ponta Grossa, apresentam uma situação inversa, tendo apresentado taxas negativas de crescimento no período 1985/1990 de 23,53% e 16,67% respectivamente. No segundo período, 1990/1994, vão apresentar taxas positivas, atingindo o Litoral paranaense um aumento de sua participação na ordem de 123,07% e Campos de Ponta Grossa 16%.

Pode-se perceber com isto que o processo de concentração industrial baseado na Região Metropolitana de Curitiba apresenta uma tendência de crescimento um pouco menor entre os anos 1990 e 1994, ao mesmo tempo que delineia seu campo de “espraçamento”, não permitindo que os reflexos de seu desenvolvimento industrial atinjam regiões mais distantes, girando esta em torno de 100/200 Km de seu principal centro, a cidade de Curitiba, fortalecendo, assim, o conceito de divisão do Estado em dois Paranás, denominado por Rolim (1995), como sendo o Paraná Urbano e o Paraná do Agrobusiness.

Como a indústria não está isolada de outros setores da economia, é importante analisar os reflexos que o crescimento de um setor pode ter sobre os demais. A atividade industrial não é o único fator multiplicador de renda, população e outras variáveis da Região Metropolitana de Curitiba, até porque, sendo a cidade de Curitiba a capital do Estado é óbvio que o setor terciário apresente uma forte tendência de se

sobrepôr aos outros. Independentemente, portanto, dos efeitos da indústria sobre o setor terciário ou vice-versa, pode-se constatar na Tabela VI que a Região Metropolitana de Curitiba participa com 64,80% da arrecadação do ICMS do Estado, índice que vem provar de maneira inequívoca a alta concentração dos setores secundário e terciário da economia naquela região.

TABELA VI - PARTICIPAÇÃO DA R.M.C. NA ARRECADAÇÃO DE ICMS DO ESTADO DO PARANÁ - 1995

ATIVIDADE	R.M.C. (%)
Agropecuária	7,60
Indústria	66,00
Comércio	52,90
Serviços	77,80
Total	64,80

FONTE: SICT/ICPI, SEFA, IPARDES/BPUP, In: Informações Socioeconômicas de Curitiba

A arrecadação de ICMS da Região Metropolitana de Curitiba, como pode ser observado na Tabela VI, é responsável por mais de 77% do ICMS do setor de serviços do Estado e no setor industrial 66,0% do total do Estado.

4 – Considerações finais

Observando-se o caso do Estado do Paraná constata-se que há uma tendência das indústrias se instalarem onde exista maior economia de aglomeração, ou seja, estas irão localizar-se onde possam encontrar os bens e os serviços de que precisam para competir, ocorrendo um processo muito grande de concentração da indústria em determinadas regiões, em detrimento das demais.

Retomando Perroux (1970), observa-se que nenhuma economia conhecida comportou-se dentro do conceito neoclássico, em que o desenvolvimento pode dar-se em todos os lugares ao mesmo tempo, e que o crescimento econômico leva a

mudanças estruturais caracterizadas pelo surgimento e desaparecimento de empresas, pela difusão imperfeita do crescimento entre setores e regiões e, finalmente, pelo crescimento desigual dos setores e das regiões, encaixando-se dentro deste contexto o processo de desenvolvimento industrial do Estado do Paraná.

Com o desenvolvimento industrial do Estado e a mudança da estrutura básica deste setor da economia, à medida que os setores tradicionais perdiam sua participação, diminuía também a participação do interior do Estado em relação à Capital, tanto no que concerne à arrecadação como também à população. Este processo de concentração, que passa a ocorrer a partir dos anos 60, vai aumentando a ponto de chegar nos anos 90 com um quadro absoluto de concentração, representando a Região Metropolitana de Curitiba 64,80% da arrecadação do ICMS arrecadado no Estado, enquanto regiões importantes, como Ponta Grossa, Londrina e Maringá vão apresentar constante diminuição em sua participação.

Passa, portanto, a Região Metropolitana de Curitiba a ser o principal centro industrial do Paraná, contando esta região com os principais centros de pesquisa e apoio tecnológico para os setores ali instalados. Observando-se o comportamento da indústria paranaense, principalmente a localizada na R.M.C., constata-se também que esta não aponta para um processo de “espraçamento” para o interior, como ocorreu com a Região Metropolitana de São Paulo, tendo seus efeitos atingido apenas uma região em torno de 200 Km. ao seu redor, enquadrando nesta dinâmica as regiões em torno de Paranaguá e Ponta Grossa, deixando o resto do Estado com características bastante distintas em termos de desenvolvimento econômico e social. Em síntese, o desenvolvimento industrial recente acentuou as desigualdades intra-regionais.

BIBLIOGRAFIA:

- ALBUQUERQUE, Roberto C.; VILLELA, Renato. A situação social no Brasil: Um balanço de duas décadas. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (org.) - **A Questão Social no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1991.
- BANDEIRA, Pedro Silveira. A economia da região Sul. In: AFFONSO, Rui de Brito A., SILVA, Pedro L. Barros (org.) - **Federalismo no Brasil**. São Paulo: Unesp, 1995.

- CARLEIAL, Liana Maria da Frota. A questão regional no Brasil contemporâneo. In: LAVINAS, L., ET ALII (Org.). **Reestruturação do espaço urbano e regional do Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- COMEC - Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba. **Comportamento do valor adicionado do ICMS na R.M.C. - 1987/1993: diagnóstico econômico**. Curitiba, 1995.
- HIRSCHMAN, Albert. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Competitividade da indústria paranaense: Uma análise setorial**. Curitiba: Iparides, 1994.
- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Paraná: Economia e Sociedade**. Curitiba: Iparides, 1982
- INSTITUTO PARANANESE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Análise Conjuntural**. Curitiba: v. 18, n. 11-12, nov/dez, 1996.
- INSTITUTO PARANANESE DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL. **Temas estratégicos para o Paraná**. Curitiba: Iparides, 1994.
- LOURENÇO, Gilmar. Atração de empresas e concentração industrial no Paraná. **Análise conjuntural**, Curitiba: IPARDES, v.18, n.11-12, p.3-10, nov/dez. 1996
- MAGALHÃES, Marisa Valle. A migração no Paraná nas duas últimas décadas: um balanço preliminar. **Análise Conjuntural**. Curitiba, v. 14, n 11-12, p.3-9, nov/dez. 1992.
- MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Saga, 1972.
- PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: O caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec, 1981.
- PERROUX, François. O Conceito de pólo de crescimento. **Regional Economics: Theory and practice**, p. 93-104, New York: Free Press, 1970.
- ROLIM, Cássio Frederico Camargo. O Paraná urbano e o Paraná do agrobusiness: as dificuldades para a formulação de um projeto político. **Revista Paranaense de desenvolvimento**, Curitiba, n. 86, p. 49/99, set/dez. 1995.
- ROLIM, Cassio Frederico Camargo. **Subsídios para a elaboração do programa de investimento na região metropolitana de Curitiba**. Curitiba: Mimeo.

1987.

SOUZA, Nali de Jesus. Desenvolvimento polarizado e desequilíbrios regionais no Brasil. **Análise Econômica**, São Paulo, ano 11, p. 29-59, março, 1993.